



# GT deve definir políticas de combate ao assédio sexual na Ufam

Criado no último dia 21 de julho, durante reunião ordinária do Conselho Universitário (Consuni), o Grupo de Trabalho (GT) pretende tratar, pela primeira vez dentro da universidade, da criação de uma rede de apoio a mulheres assediadas. De acordo com dados da Ufam, entre janeiro de 2015 e 1º de agosto deste ano, duas denúncias de assédio sexual foram registradas pela Ouvidoria da universidade. Sentimento de culpa e responsabilização da vítima estão entre os fatores que contribuem para a subnotificação deste tipo de crime. **Páginas 8 e 9**

## AJUSTE FISCAL

**Taxação de grandes fortunas é alternativa ao PLP 257 e à PEC 241**

Página 3

## CRIMINALIDADE

**Ufam tem em média quatro ocorrências policiais mensais**

Página 5

28 DE OUTUBRO

**ADUA completa 37 anos de luta e resistência**

Página 4

## SEM ACORDO



## Presença da PM dentro da Ufam é polêmica

Parte da comunidade acadêmica considera a presença da Polícia Militar no campus uma alternativa para minimizar a insegurança, mas a truculência de alguns policiais é motivo de receio para quem é contra. **Páginas 6 e 7**



## ENTREVISTA

**Sociólogo aborda violência no ambiente universitário**

Página 12

**A**centuam-se no mundo, mais uma vez, os confrontos de classe. O capitalismo é produtor de uma visão hegemônica, cujos defensores têm raça, gênero e classe: branca, masculina e burguesa. Por isso, mesmo nesse momento em que se anuncia um grande retrocesso histórico para os trabalhadores, é alvissareira a notícia da criação, pelo Conselho Universitário da Ufam, de um Grupo de Trabalho que pretende criar uma rede de apoio a mulheres assediadas. Numa perspectiva de gênero, mas também de raça e classe, mulheres, no mundo acadêmico em geral e, na Ufam, em particular, são vítimas do assédio cometido, sobretudo, por seus superiores hierárquicos, sem que possam contar com

mecanismos de proteção institucional. Evidentemente, esta é uma conquista de movimentos organizados por mulheres, afinal, não será pela benevolência ou voluntarismo da burguesia que a exploração de homens e mulheres cessará. Os trabalhadores sabem disso. O PLC 54 (antigo PLP 257), as PECs 31 e 241, o PLS 204, a proposta governamental que esquarteja a LDB, os projetos de “Lei da Mordaça” e a implantação de um estado policial são alguns dos retrocessos anunciados na ofensiva contra os trabalhadores. Quiçá o exemplo dos movimentos feministas inspire outros movimentos sociais e sindicais. A organização dos trabalhadores é a única alternativa para barrarmos estas medidas, para exigirmos a taxaço de

grandes fortunas e a retirada do pacote de maldades do Governo Temer acima referido. Quiçá possamos também nos referenciar nos movimentos estudantis que, até o fechamento desta edição, já ocupavam mais de mil escolas, 80 IFs e 50 universidades no país. Além destas grandes mobilizações no campo da educação, em diversas grandes cidades do Brasil, como Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belém e Brasília, é intensa a mobilização dos trabalhadores para barrar esse conjunto de medidas que atacam direitos históricos de trabalhadores públicos e privados. É nesse contexto que a ADUA conclama professoras e professores da Ufam para apoiar a adesão de nossa categoria à Greve Geral que se anuncia.

## Notas

### ANDES-SN divulga nota sobre o ‘Fora Temer’

A Diretoria do ANDES-SN manifestou repúdio ao governo ilegítimo de Michel Temer, no dia 8 de setembro, através de uma nota na qual convoca as seções sindicais e todos os sindicalizados para uma vigorosa e urgente reação organizada contra o governo Temer e a agenda regressiva que ele expandiu, aprofundou e acelerou. Conforme o texto, nos últimos dois anos, os cortes na Educação ultrapassaram 13 bilhões de reais e novas reduções são previstas para 2017, tudo feito para beneficiar os credores da dívida pública.

### Dia de Lutas é marcado por manifestações no país

Definido como Dia Nacional de Lutas, o dia 15 de setembro foi marcado por diversos atos nos estados brasileiros. Impulsionados pela CSP-Conlutas, Central sindical à qual o ANDES-SN é filiado, os atos fizeram parte do encerramento da Jornada de Lutas que ocorreu de 12 a 14 de setembro em Brasília (DF) e tiveram como objetivo chamar a atenção da sociedade para os ataques aos serviços públicos e aos direitos dos trabalhadores. No Rio de Janeiro, as atividades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foram paralisadas e um ato realizado em frente à Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ). Na Bahia, docentes da Uesb, Uneb, Uesc e Uefs

realizaram uma ação conjunta com o Dia de Luta em Defesa da Educação Pública e dos Direitos Trabalhistas. Paraná, Pará, Rio Grande do Norte e Minas Gerais também foram às ruas.

### Amazonas ganha núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida

O Amazonas conta, desde o dia 20 de outubro, com um núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida integrado à rede nacional, liderada pela auditora aposentada da Receita Federal Maria Lúcia Fattorelli. A entidade, composta por voluntários, tem o objetivo de analisar gastos públicos, taxas de juros abusivas, excessivo número de parcelas e pagamentos estendidos que acabam onerando os cofres públicos e afetando os investimentos em Saúde e Educação. O Amazonas possui uma

dívida estimada em R\$ 6,9 bilhões e aparece em penúltimo lugar no ranking dos Estados endividados, posição desconfortável levando em conta a retração econômica. Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão entre os Estados que já contam com núcleos do tipo.

### ANDES-SN repudia contrarreforma do Ensino Médio

A Diretoria do ANDES-SN também manifestou, no dia 26 de setembro, repúdio à Medida Provisória nº 746/2016 que instaura a contrarreforma do Ensino Médio e compromete o sistema educacional brasileiro. Para o Sindicato Nacional, as alterações são tão ilegítimas quanto o governo que as impõe e tem ligação direta com o PLP 257/2016 (atual PLC 54/2016), PEC 241/2016 e PLS 204/2016.

## charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

**Diretoria:** Guilhermina Terra (Presidente), Aldair Oliveira de Andrade (1º Vice-presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2º Tesoureiro).

**Jornalista Responsável:** Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

**Reportagem:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), Daniel Amorim (SRTE-AM 584)

**Diretor Responsável:** Welton Yudi Oda

**Projeto Gráfico e Arte:** Herivaldo da Matta (Kuca)

**Fotografias:** Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Daniel Amorim e divulgação

**Impressão:** Gráfica Amazonas. 2000 exemplares.

**Fone/Fax:** (92) 3088-7009

**e-mail:** aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

**Endereço:** Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.  
Site: [www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)

**ESTUDO**

# Cortes nos serviços públicos é medida equivocada contra a crise, diz especialista

Foto: Daniel Amorim

**A** estratégia de cortes em investimentos nos serviços públicos para garantir o equilíbrio fiscal, simbolizada pelo Projeto de Lei Complementar 257/2016 (atual PLC 54/2016) e pela Proposta de Emenda Constitucional 241 (atual PLC 55/2016), aprovada pela Câmara dos Deputados em 2º turno no dia 26 de outubro, carece de fundamentação técnica. A tese foi defendida pelo economista e supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese), Inaldo Cruz, durante debate realizado no dia 13 de setembro, no auditório da Escola de Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

A atividade integrou a programação da “3ª Jornada de Debates do Setor Público-Desafios diante do ajuste fiscal”, promovido pelo órgão. Representantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e União Geral dos Trabalhadores (UGT) participaram da mesa de abertura.

Durante a exposição, Cruz utilizou dados da Secretaria do Tesouro Nacional para embasar seu argumento. O levantamento mostra que, no período de 1998 a 2015, as despesas primárias (Educação e Saúde, por exemplo) apresentaram níveis compatíveis com o aumento da arrecadação. “No entanto, o ajuste fiscal realizado no final de 2014 e início de 2015, com a elevação da taxa de juros, teve influência no atual cenário de crise. Sem falar no cluster (associação de indústrias para baratear as operações) do petróleo e a queda no preço das commodities (mercadorias de origem primária)”, observa Cruz.

Dentre outras causas da atual situação, ele cita o esgotamento do modelo econômico implementado a partir do Plano Real, baseado em juros altos e controle da taxa de câmbio para conter a inflação. Tais medidas sufocam os investimentos e restringem a competitividade entre empresas de diferentes países, o que acaba limitando a exportação. “A concessão de crédito facilitado, sistema que atingiu seu auge em meados da década passada, também entrou em decadência”, complementa Cruz.

O modelo econômico começou a declinar junto com o Produto Interno Bruto (PIB), no início de 2014. Por outro lado, a estabilidade do mercado de trabalho evitou a baixa na arrecadação de receita. O aumento nos gastos só foi registrado no final daquele ano. O superávit primário, foco de



De acordo com Inaldo Martins, uma alternativa ao ajuste fiscal é a taxação de grandes fortunas

um plano econômico que visa garantir o pagamento da dívida pública, também registrou índices negativos. O superávit passou de R\$ 94 bilhões em janeiro de 2014 para um déficit de R\$ 6 bilhões em dezembro do mesmo ano.

Para manter a estabilidade no setor privado, o governo investiu na política de desonerações fiscais. Parte desses recursos se converteu em impostos para o setor público. No entanto, em vez de aplicar os recursos restantes em investimentos, o empresariado preferiu guardar o dinheiro em bancos, de forma a evitar a corrosão provocada pela carga fiscal.

## Austeridade

“Os dados revelam que a despesa com o gasto de pessoal, que representa apenas 4% do PIB, não é o grande vilão da economia brasileira”, resume Cruz. “Mas é necessário alertar para os efeitos que as medidas de austeridade podem ocasionar. A alteração dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários proposta pelos sindicatos vai se tornar inviável. Os estados não poderão responder ao crescimento das demandas por serviços, o que ocorre à medida que a população aumenta e envelhece”, complementa Cruz. Ele refere-se às diretrizes estabelecidas pela PEC 241/2016, que limita os gastos públicos com base no orçamento do ano anterior, corrigido pela inflação do mesmo período.

“Independente da aprovação da PEC 241 no Senado, ficou estabelecido que o orçamento da União do próximo ano deve seguir esse critério”, ressalta Cruz. Outro motivo de alerta, segundo o economista, é a PEC 31/2016, que estende para 30% o valor máximo de recursos previstos em serviços essenciais que poderão ser remanejados para outros fins.

Diante de um quadro tão ameaçador para a classe trabalhadora, qual a solução possível? “Uma alternativa ao ajuste fiscal seria a taxação progressiva de grandes fortunas. Em países desenvolvidos, o valor dos impostos varia de 40% a 45% sobre a renda das pessoas com maior poder aquisitivo. O Brasil, infelizmente, está na contra-mão de um sistema tributário menos hostil à população”, analisa o economista.

A professora Kátia Vallina, 1ª secretária da ADUA, defendeu a mobilização conjunta entre as centrais sindicais e a socialização de informações como estratégia de combate à PEC 241 e ao PLC 54/16. “Para além dos partidos políticos, o atual contexto exige a soma das forças para enfrentar esses ataques. Por isso, sugiro que essas entidades promovam um grande debate para divulgar essas informações. Inclusive, como já foi proposto em assembleia da ADUA, poderíamos distribuir panfletos explicativos sobre essas propostas para a população”, afirmou Kátia ao final do debate.

## 37 ANOS DE RESISTÊNCIA

## ADUA fortalece Frente de Lutas em Manaus

Foto: Anderson Vasconcelos

Em seus 37 anos de existência e luta, completos no dia 28 de outubro, a ADUA assume, mais uma vez, o protagonismo na reorganização da luta dos servidores públicos do Amazonas diante dos sucessivos ataques orquestrados pelo governo ilegítimo de Temer contra os trabalhadores e movimentos populares no país. Esse esforço no combate à política de ajuste fiscal e desajuste social está concentrado na Frente de Lutas “Fora Temer” Manaus, lançada no início de setembro.

Após o lançamento, a Frente de Lutas já realizou três atos na capital amazonense, com intuito de chamar a atenção da sociedade para as consequências das medidas adotadas pelo governo federal e de intensificar a reação e a unidade dos trabalhadores contra os ataques aos direitos sociais em curso – contidos em uma série de medidas como o PLP 257/16 (PLC 54/16), a PEC 241/16, e as reformas Previdenciária e Trabalhista –, rumo à construção da greve geral.

Em todos eles, docentes sindicalizados da ADUA marcaram presença na luta em defesa de direitos e da educação pública de qualidade - e do serviço público em geral -, como o fazem desde a fundação da seção sindical, em 1979. Apesar da data alusiva à criação da entidade, a atual diretoria avalia que não há motivos para comemorações em virtude do clima político instalado no país com a posse do governo ilegítimo e as sucessivas doses de “bondade” de Michel Temer privilegiando banqueiros, rentistas e grandes empresários, em detrimento da classe trabalhadora.

A presidente da ADUA, professora Guilhermina Terra, destacou que as ações têm o objetivo de esclarecer a sociedade manauara a respeito do atual contexto político brasileiro e, em particular, sobre os ataques cada vez mais agressivos aos direitos dos trabalhadores. “Estamos tentando estimular a classe trabalhadora e a população carente a abrir os olhos para esses pontos negativos”, explica, “pois, se a situação permanecer assim, daqui a pouco os serviços públicos serão extintos. Estamos exigindo condições de vida dignas”, resume.

**Jornada de lutas**

Depois de uma ampla mobilização entre os dias 12 e 14 de setembro, com a Jornada de Lutas realizada em Brasília, chamada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), trabalhadores de diversas categorias voltaram às ruas em todo o país nas se-



Seção sindical é uma das protagonistas na reorganização da classe trabalhadora local

manas seguintes para protestar contra o governo.

Em Manaus, os docentes federais, juntamente com representantes de outras categorias do serviço público e estudantes, fizeram uma grande mobilização no centro da capital. Pela primeira vez, professores das três esferas somaram esforços numa mobilização conjunta no dia 22 de setembro, durante aula pública promovida pela Frente de Lutas na Praça do Congresso. A exposição para a sociedade colocou em pauta a PEC 241 e o PLP 257, atual PLC 55/2016 e 54/2016, símbolos dos recentes ataques ao serviço público. Os manifestantes encerraram o ato com uma passeata pela avenida Eduardo Ribeiro, onde exibiam cartazes de repúdio ao atual presidente e contra as medidas de austeridade fiscal.

Integrantes de entidades sindicais, sociais e estudantis repetiram, uma semana depois, a manifestação contra as medidas de ajuste fiscal e ataques ao direito dos trabalhadores propostos pelo governo Temer. No Dia Nacional de Lutas e Paralisação, realizado em 29 de setembro, no Largo São Sebastião, as categorias protestaram contra as reformas trabalhista e da previdência, terceirização, privatização e as políticas de gestão executadas nos três níveis – além de Temer, não pouparam críticas ao governador do Amazonas José Melo e ao prefeito de Manaus Artur Virgílio.

Em continuidade à luta contra a retirada de direitos e o corte de recursos, servidores dos três níveis do funcionalismo, integrantes de entidades populares e movimentos estudantis realizaram mais um ato, no dia de 25 de outubro, dessa vez na zona Leste da cidade, a mais populosa da capital.

Para a Frente Popular, só a luta e a organização dos trabalhadores e estudantes podem barrar os retrocessos apresentados, aprovados e implementados pela ala conservadora no Brasil, uma vez que os mais afetados com essas medidas são justamente os segmentos mais oprimidos da classe trabalhadora: mulheres, negros, indígenas e LGBT's.

A 1ª secretária da ADUA, professora Kátia Vallina, destacou a ampla participação das diversas categorias nas manifestações. “É um sinal do processo de união da classe trabalhadora. No entanto, vamos continuar o trabalho de sensibilização dos trabalhadores contra o ajuste fiscal”, acrescentou. Na avaliação da docente, a organização da classe trabalhadora é o “grande trunfo” contra a retirada de direitos.

**Confira a lista de entidades**

- ADUA
- ANDES-SN
- SINTESAM
- SITRAAM
- SINASEFE-Manaus
- ASSIBGE
- SINDPETRO
- SINTECT
- Movimento Luta Popular
- CTB
- CSP-Conlutas
- JUNTOS
- ANEL
- UJC
- FPMM

**INSEGURANÇA**

# Casos de violência crescem 12% na Ufam e comunidade acadêmica cobra providências

**Q**uais as chances de um assalto acontecer no mesmo local, no mesmo horário e fazer vítima a mesma pessoa? Foi o que ocorreu com o estudante de Ciências Econômicas da Ufam Andrew Augusto Braga, 23. Ele é uma das vítimas da violência que vem aumentando dentro da sede da instituição e no entorno do Campus Universitário, razão pela qual a comunidade acadêmica cobra providências.

De janeiro a agosto de 2016 foram registradas 38 ocorrências, entre elas 21 casos de furtos e até agressão física, quase 12% a mais que o total de registros de igual período de 2015. Os dados são da Coordenação de Segurança da Ufam, departamento responsável pela fiscalização, atuação e controle das ocorrências relacionadas à segurança, trânsito e ambiente.

Um dos casos destacados pela Coordenação foi registrado no início do mês de abril, quando ocorreu um assalto no ônibus da linha Integração e os assaltantes fugiram pela área verde do Campus. Um mês depois, fato semelhante ocorreu na linha 125, mas, dessa vez, o infrator foi detido. Em alguns registros, os assaltantes desprezam inclusive obstáculos para realizarem suas ações: neste ano duas armas foram roubadas dos próprios agentes de segurança.

Casos de vítimas a pé, em veículo próprio ou no transporte coletivo – ou ainda a espera dele – têm chamado atenção da comunidade universitária e não é difícil encontrar nas redes sociais virtuais alguém que tenha compartilhado relato dessas ocorrências. “Quando vi os ladrões com armas sai correndo junto com tantos outros alunos que estavam lá. Atiraram. A gente não sabia de onde vinham os tiros e só corremos”, escreveu Alessandra Cavalcante, ao contar sobre o arrastão que ocorreu na noite de 8 de agosto, na parada de ônibus situada na entrada do Campus. O post teve mais de mil compartilhamentos no Facebook.

Por conta da repercussão, estudantes da Ufam e da Faculdade Boas Novas (FBN) fizeram protesto na entrada do Campus Universitário exigindo das autoridades mais policiamento nas imediações das duas instituições de ensino. Após a manifestação, uma viatura da PM passou a fazer “ronda” à noite nas imediações da sede da Ufam, principalmente na entrada do Campus.

É o mesmo local onde o estudante Andrew Braga, diretor de Comunicação do Centro Acadêmico e Cultural de Economia (Cacec), passou por uma situação, no dia 15 de junho, que o deixou em “estado de pânico”. “Após a aula, peguei o Integração



**Estudantes intensificaram protestos após arrastão do dia 8 de agosto na entrada do Campus**

e cheguei lá fora por volta das 20h20. Era 20h25, tinha acabado de conferir o horário, quando cheguei sozinho até a faixa de segurança [em frente à sede da Ufam]. Só senti a mão por trás. Os dois assaltantes, armados, estavam numa moto. Foi o garupa que colocou a arma na minha cabeça e pediu a minha mochila. Eles estavam muito nervosos”, conta Andrew.

O estudante calculou o prejuízo. Os assaltantes levaram R\$ 800 – quantia que Andrew recebeu para se manter durante o mês de junho –, um celular da Motorola com recursos avançados, cujo preço médio é R\$ 2 mil, um relógio e ainda a documentação de aproximadamente 20 estudantes recém-chegados à universidade. “Foi um mutirão que fizemos para retirar a carteirinha da universidade para esses alunos”, disse.

Ele fez o Boletim de Ocorrência no dia seguinte e, enquanto ainda aguarda providências, descreveu o estado de impotência que tomou conta após o assalto. “É horripilante. Depois dessa situação é que percebi o quanto a gente é frágil, vulnerável e como isso afeta: vir pra Ufam hoje me dá medo!”, destacou. O que Andrew não imaginava era passar pela mesma situação na noite seguinte. “Sai da Ufam em estado de pânico na noite seguinte e acabei sendo abordado de novo, no mesmo horário, no mesmo local”, disse. Para ele, a situação chegou a esse nível em virtude de negligência das autoridades.

## Medidas adotadas

Para melhorar a sensação de segurança na área interna do Campus, a Ufam prevê a instalação de mais 50 câmeras de monitoramento eletrônico em toda a universidade até o final deste ano, chegando a um total de 120. Outras 50 devem ser instaladas em meados de 2017. A perspectiva é que a equipe passe a atuar de modo preventivo. “Também vamos intensificar a fiscalização nos

serviços da empresa terceirizada, maximizando os recursos materiais e humanos”, afirmou o coordenador de Segurança do Campus da Ufam, Ricardo Pedrosa.

O coordenador considera fundamental a participação da comunidade acadêmica nesse processo, seja por meio da identificação de atos suspeitos ou por meio da adoção de medidas preventivas. “Se houver participação da comunidade universitária nesse sentido, com informação, com precaução, respeito às normas, a gente consegue diminuir esses índices”, disse.

Pedrosa também ressaltou que a instituição precisa colocar o assunto em pauta e convocar os três segmentos para o debate. “A gente precisa discutir com a comunidade universitária para achar um caminho. Sozinhos não vamos resolver o problema. A universidade precisa fazer um grande evento sobre o tema para retirar uma diretriz e ter um planejamento voltado para a área”, arrematou. Para ele, a segurança universitária deve ser técnico-científica, para atuar em conjunto com a comunidade universitária, “criando uma nova mentalidade”. “A segurança deve ser pedagógica e não repressiva”, finalizou.

## SSP

A reportagem também entrou em contato com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM) para saber a respeito de casos registrados por professores, técnicos e estudantes da Ufam, vítimas de violência em ações ocorridas no entorno do Campus Universitário e ainda na área das unidades acadêmicas descentralizadas, como as Faculdades de Medicina e de Odontologia. Também questionou sobre as medidas adotadas pela SSP-AM para garantir a segurança na região. Em resposta, a SSP, por meio da Assessoria de Imprensa, se limitou a dizer que no “banco de dados não há filtro específico sobre essa universidade”.

## DEBATE

# Atuação da Polícia Militar no campus da Ufam é alvo de polêmica

Os assaltos ocorridos no campus da Ufam nos últimos meses mobilizaram esforços da Administração Superior, professores e alunos na defesa da atuação da Polícia Militar dentro da universidade. A ideia causou polêmica entre a comunidade acadêmica. De um lado, houve quem argumentasse que a estratégia consistiria na solução mais rápida para o problema. Por outro lado, o histórico de má conduta que acompanha a corporação além da questão da área de jurisdição foram lembrados pelos opositores da iniciativa.

No dia 11 de agosto, sem qualquer discussão nas instâncias dirigentes da Ufam, o vice-reitor Hedinaldo Lima se reuniu com o comandante da 11ª Companhia Interativa Comunitária (Cicom), capitão Nilzomar Barbosa Filho, e com o representante da 3ª Cicom, Tenente Bruno Batista. Após o encontro, ficou acordado que a PM realizaria rondas na entrada e no interior do Campus.

Para o professor do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito (FD) da Ufam, Daniel Gerhard, a Constituição Federal não só permite como também estimula a colação de entes federados. “Se a União não consegue cumprir com sua obrigação dentro de uma determinada área, por que não convocar profissionais de outras unidades, cujos integrantes também participam da cidade? É uma forma de melhorar a gestão dessas atividades. Além disso, a parceria entre os diversos setores é comum, inclusive na área da saúde”, argumenta Gerhard. “Se houver algum tipo de abuso, que seja averiguado pelas áreas competentes, como as ouvidorias, procuradorias e o Ministério Público”, complementa.

Para o professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufam, Luiz Fernando de Souza Santos, há aspectos que extrapolam a questão jurídica. “Uma política de segurança não se reduz ao legalismo da matéria. E muito menos deve tomar como foco central o estímulo ao aparelho policial no interior da

Universidade”.

Ele destaca ainda o histórico de má conduta de alguns integrantes da corporação. Os casos recorrentes de abordagem truculenta e até chacinas, para citar alguns exemplos, acabou manchando a imagem do modelo de segurança pública brasileiro. “A Anistia Internacional tem sistematicamente apresentado dados que apontam a força policial brasileira como uma das forças mais repressoras e letais do planeta. Está envolvida em uma série de crimes contra pobres, negros e jovens do país. O ambiente do exercício da razão, da ciência, do ensino crítico, não deveria tolerar esse tipo de aparelho em seu interior”, contrapõe Santos.

De acordo com Santos, as soluções do problema da violência na Ufam devem ser elaboradas entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil. “Não há fórmulas pré-concebidas. Elas serão construídas num ambiente de participação democrática, o que passa bem longe de, a priori, já defender a presença policial no campus. Isso, como se verifica nas universidades do Sul-Sudeste, pode se desdobrar, efetivamente, em repressão à comunidade acadêmica em momentos de luta”, observa o professor, doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A ausência de espaços decisórios e participativos na universidade já havia sido citada pelo professor Davyd Spencer, do curso de Ciências Sociais da Ufam, como um dos desafios no combate à criminalidade nas instituições de ensino superior. “As universidades têm um déficit de estudos sobre vitimização e uma carência de formulação de estratégias que deem resposta à questão da segurança”, afirmou Spencer durante debate promovido pela ADUA no dia 1º de setembro, no auditório da seção sindical.

## Estratégias

Em meados de setembro, o deputado estadual Platiny Soares, presidente da Co-



Casos recorrentes de abordagem truculenta são apo-

missão de Assuntos Municipais e Revisão Territorial da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) propôs a implantação de um posto da PM dentro da Ufam. A ideia surgiu após reunião técnica entre integrantes da PM e representantes da universidade, realizada no dia 13 daquele mês.

Outra proposta que visa “otimizar” a segurança no campus da Ufam foi apresentada pelo ex-comandante da PM Almir David Barbosa, em palestra promovida pelo curso de Engenharia Civil no dia 12 de agosto. A estratégia consiste em implementar, no sistema de segurança privado da universidade, um modelo de monitoramento executado pela PM nas zonas de Manaus. O projeto, cuja coordenação deve ficar a cargo da Secretaria de Segurança Pública (SSP), indica a ampliação do acesso da polícia na Ufam.

Barbosa diz que a iniciativa visa também solucionar entraves operacionais que dificultam o controle da criminalidade no Campus. “Atualmente, no estado do Amazonas, temos disponíveis apenas mil agentes da Polícia Federal para cada dez mil policiais militares”, explica. Por sua vez, o prefeito do Campus, Atlas Baccellar, defende o acordo de cooperação técnica e afirma que já entrou em contato com a SSP, mas “os desentendimentos entre a PM e alunos e funcionários são comuns. Os alunos do ICHL, por exemplo, são mais resistentes à

Foto: Annyelle Bezerra e Daniel Amorim



ntados por parte da comunidade acadêmica como ponto negativo da Polícia Militar

ingênuo e profundamente egoísta da nossa parte querer uma Polícia cuja estrutura militarizada e fascista tenha um comportamento mais humanizado com os alunos. De fato, a conduta será justamente essa pra quem não se enquadra no padrão de suspeitos em potencial”, pondera.

A renovação da patrulha do Campus por meio de concurso público – cargo que já está quase sendo extinto pelas terceirizações – e a mudança no foco do monitoramento estão entre as soluções para o problema da violência, na avaliação do estudante. “Ao invés de proteção do patrimônio público, essas pessoas seriam concursadas e teriam o treinamento apropriado para proteger a integridade da população acadêmica. Também vejo como alternativa a instalação de iluminação adequada e ônibus que funcionem nos horários programados, por exemplo”, sugere Nascimento.

### PM em outras universidades

A proposta de atuação da Polícia Militar dentro do campus, após sucessivos episódios violentos, não é uma exclusividade da Ufam. Em agosto deste ano, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) assinou convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública para atuação de equipes da PM em toda a cidade universitária, depois que um estudante foi assassinado a facadas ao reagir a um assalto dentro de um dos banheiros da instituição.

Além de rondas permanentes, o convênio assinado entre a Reitoria e a Polícia Militar previa a mudança do 1º Batalhão da PM, instalado no bairro Outeiro da Cruz, para uma área vizinha à universidade, no bairro Itaqui Bacanga. Mais de 20 mil pessoas circulam diariamente no campus.

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi outra instituição que aderiu à presença de policiais militares em suas dependências, desta vez em 2013. O modelo, porém, não foi aceito pela comunidade acadêmica e a Reitoria declinou da parceria após estudantes ocuparem o prédio da Administração Superior tendo como reivindicação a não atuação da PM no campus.

A Universidade de São Paulo (USP) também foi palco de manifestação de estudantes contra a implantação da polícia militar no campus. Em 2011, alunos ocuparam a Reitoria da instituição, no campus no Butantã, tendo o tema como uma das reivindicações.

Na avaliação do 2º vice-presidente da ADUA, Welton Oda, a questão exige uma discussão aprofundada. “A questão da insegurança no Campus da UFAM é, de fato, assunto da maior importância, por isso, ao invés de iniciativas apressadas e autoritárias, deve ser objeto de ampla discussão no seio da comunidade acadêmica”.



Ex-comandante da Polícia do Estado propôs modelo de monitoramento executado pela PM

abordagem da polícia e costumam questionar a legitimidade dessas ações”. A título de argumento, ele cita a parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Polícia Militar.

Para o coordenador de segurança da Ufam, Ricardo Pedrosa, o aumento do número de assaltos deve-se à falta de investimentos da instituição. E, por isso, ele defende uma renovação no modelo de policiamento realizado pelos agentes do campus.

“Quem tem que prestar esse trabalho aqui dentro é a própria instituição. Não deram a devida importância ao setor. Acho que devemos criar uma nova mentalidade, na qual a segurança universitária seja moldada por prin-

cípios pedagógicos e técnico-científicos, que trabalhe em conjunto com a comunidade”, explica. A situação dos agentes de segurança da Ufam foi tema de debate promovido pelo Movimento Educar para a Cidadania (MEC), no auditório da ADUA, no dia 13 de abril.

O estudante do curso de Economia e membro da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (Anel), André Nascimento, também revela pouca confiança na atuação da PM no campus da Ufam. “A polícia agirá com o mesmo protocolo que age fora da Universidade. Sabemos que a instituição Polícia tem suas condutas norteadas em racismo e tensionamento com a população pobre. É

## POLÍTICA INSTITUCIONAL

# Consuni cria GT para definir políticas de combate a violência de gênero na Ufam

Fotos: Annyelle Bezerra

**S**em um registro sistemático específico dos casos de assédio sexual ocorridos dentro da Ufam, os coletivos feministas presentes na instituição são os únicos espaços para o recebimento de relatos informais de professoras, técnico-administrativas e alunas sobre os olhares tendenciosos, toques não consentidos e insinuações sofridas, quase que diariamente, no ambiente universitário. O sentimento de culpa, a responsabilização da vítima caracterizada por questionamentos sobre vestuário e comportamento, assim como a falta de apoio à institucionalização da denúncia, são apenas alguns dos fatores que contribuem para o silenciamento das vítimas de violência sexual na Ufam.

Segundo a professora Patrícia Sampaio, do Departamento de História e membro do Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Conselho Universitário (Consuni), no dia 21 de julho, para definir as políticas de combate a violência de gênero na Ufam, como o assediador geralmente goza de um poder hierárquico superior, uma relação desigual frente à vítima se forma e acaba sendo reforçada pelo apoio que o autor recebe dos demais colegas.

“Uma rede de solidariedade acaba se formando e a denúncia da vítima é totalmente desqualificada. O assédio cotidiano raramente é denunciado porque não tem possibilidade dessas meninas [assediadas] encontrarem proteção institucional. E é por aí que nós temos que começar”, afirma.

A proteção institucional necessária para que as docentes, técnico-administrativas e alunas se sintam encorajadas a formalizar uma queixa de assédio sexual perpassa por uma rede de ações interdependentes. Denunciar o professor assediador e continuar sendo aluna dele, correr o risco de ser reprovada, lidar com a incerteza se as pessoas irão acreditar que o assédio ocorreu e se o autor será punido efetivamente são alguns dos componentes que fragilizam as vítimas na Ufam e que impõem o silenciamento.

Segundo Sampaio, o poder que o assediador possui nos três segmentos da universidade não apresenta diferença, sendo o colega professor que assedia, o chefe professor que assedia e o técnico-administrativo que é chefe e também assedia, vistos pela comunidade acadêmica como pessoas de reputação incontestável e



Reuniões do Coletivo Baré funcionam como espaço informal para a abordagem do tema



Se não há uma rede de proteção às mulheres, então é porque a instituição até o momento ainda não encara essas denúncias como um problema que deve ser enfrentado e tratado de maneira diferenciada.



Tamily Frota

incapazes de cometer atos do tipo. “Essas relações não se diferenciam muito. Uma professora vítima de assédio mencionava, há algum tempo, que não adiantava de nada denunciar, pois ela só iria se expor. Ela preferiu sair do local onde estava fazendo o trabalho. E isso ocorreu com uma professora. Imagina as alunas que estão numa relação muito mais fragilizada”, destaca a integrante do GT.

A professora ressalta que, atualmente, poucas instituições têm políticas de proteção para as mulheres, existindo várias que fazem campanhas educativas e de conscientização, mas

não desenvolvem ações sistemáticas que reconheçam a existência da violência e que tratem o tema de maneira articulada. Uma exclusividade não apenas do Brasil, o assédio sexual dentro das universidades, de acordo com Sampaio, já é encarado em países como a França como motivo para demissão sumária de professores assediadores.

Integrante do Coletivo Feminista Baré, estudante do 5º período do Curso de História e vítima de assédio sexual praticado por um colega de turma, Tamily Frota afirma que, quando não existe um espaço específico para a denúncia de casos de violência de gênero e constrangimento, as vítimas tendem a se sentir intimidadas a enquadrar a violência sofrida em outro tipo de assédio, como o moral, por exemplo.

“Se não há uma rede de proteção às mulheres, então é porque a instituição até o momento ainda não encara essas denúncias como um problema que deve ser enfrentado e tratado de maneira diferenciada. Através do coletivo ouvimos muitas denúncias informais, além das que chegam por meio de posts no Facebook”, conta.

## GT

Criado no dia 21 julho, durante uma reunião ordinária do Consuni, o Grupo de Trabalho (GT) pretende tratar, pela primeira vez dentro da universidade, da criação de uma rede de apoio a vítimas de violência de gênero. De acordo com Sampaio, o GT surgiu a partir da apresentação

ao Conselho da possibilidade da instituição chamar para si a responsabilidade de definir políticas institucionais específicas sobre assédio sexual. “A ideia que moveu a proposta de criação do GT foi a de encontrar um caminho institucional para que a Ufam reconhecesse o problema da violência de gênero e tratasse isso de forma institucional. E tudo isso surgiu por conta de conversas com as meninas dos coletivos feministas”, contou.

Segundo a professora, o GT não estará ligado a criação de normas para a punição de assediadores. Para o grupo, a normatização existente na instituição já atende à demanda. O foco principal da equipe composta por representantes dos três segmentos da Ufam deve estar na criação de condições para que as vítimas se sintam seguras em denunciar e que as denúncias relacionadas ao tema tenham uma tramitação mais célere. “O problema não está nas estratégias punitivas, mas no momento inicial, em que é preciso montar com clareza como a instituição vai lidar com os casos de violência de gênero”, disse.

A criação de uma Rede de Proteção Institucional para atender as vítimas que denunciam casos de assédio sexual na Ufam deve prever, na opinião da integrante do GT que, após a formalização da queixa, a aluna seja retirada do convívio do assediador e que os departamentos das vítimas criem programas de estudos tutorados voltados a elas, serviço que deve permanecer até a conclusão do processo. Sampaio enfatiza também que através da Rede, a vítima, caso continue se sentindo intimidada ou constrangida, tenha o direito de requerer novamente o uso do programa de tutoramento e de nunca mais ter contato com o autor da violência.

A prática do assédio sexual, de acordo com Sampaio, está presente em todos os cursos, independentemente do ramo de atividade ou segmento acadêmico. Estudantes dos cursos de Educação Física, Comunicação Social, Engenharia e Direito são apenas algumas das citadas pela docente.

Preparar a Ouvidoria da universidade para receber os relatos de assédio sexual e dar andamento célere às denúncias, ampliar a estrutura da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares da Ufam (CPPAD) para que ela dê prioridade para o julgamento de pedidos do tipo e articular os servidores da Psicologia e do Serviço Social para que seja montada uma Rede de Proteção e Apoio Psicológico também estão entre as propostas do GT.

“Precisaríamos criar também campanhas educativas, pois punir apenas não basta. É necessário desmontar a ideia do assédio e reforçar que palavra de mulher vale na Ufam”, afirma a professora.

Na Ufam, as denúncias de violência de gênero e demais queixas podem ser realizadas junto à Coordenação do Curso, que encaminha

## RELATOS

### Egressa de 2003, do curso de Psicologia da Ufam:

“Eu percebia uma tensão muito grande entre as meninas do curso, principalmente na ida aos banheiros. Por duas vezes, lembro de ter sido surpreendida por homens lá dentro, apesar da identificação na porta de que se tratava de um banheiro feminino. Tive colegas que foram ‘imprensadas’ lá. Acontecia corriqueiramente.”

### Membro do Coletivo Feminista Baré e ex-aluna do curso de História da Ufam:

“A mulheres são assediadas nas universidades o tempo inteiro. É professor que joga piadas para as alunas, colegas que assediam outras colegas, pessoas de fora que entram na universidade e depois

a gente fica sabendo que uma menina sofreu uma tentativa de estupro. Existem figuras carimbadas que sucessivamente assediam colegas, professoras e servidoras. O assédio é um problema absurdo, mas a universidade invisibilizar isso é um problema maior ainda.”

### Egressa do curso de Serviço Social de uma faculdade privada e integrante do Coletivo Feminista Baré:

“Eu sofri assédio sexual na faculdade em que estudei. É importante destacar a violência contra a mulher dentro da universidade, porque quando se fala sobre esse tema a gente pensa logo na periferia e nas pessoas que não têm instrução, mas na universidade as pessoas tiveram um ensino educacional muito bom, e isso choca.”



O problema não está nas estratégias punitivas, mas no momento inicial, em que é preciso montar com clareza como a instituição vai lidar com os casos de violência de gênero.



Patrícia Sampaio

o caso à Diretoria da Unidade e, esta, por sua vez, à Ouvidoria. As vítimas podem também encurtar o processo e denunciar o assédio diretamente à Ouvidoria (3305-1491). Chegada a denúncia ao órgão, dependendo da natureza do fato, a CPPAD é acionada para que instaure uma comissão de sindicância e, eventualmente, a partir do resultado da sindicância, um Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

### Violência em números

Segundo dados da Ufam, entre janeiro de 2015 e 1º de agosto deste ano, duas denúncias de assédio sexual foram registradas pela Ouvidoria, canal criado em 2010 com o objetivo de oferecer aos diversos públicos da Universidade a oportunidade de manifestarem críticas, sugestões, elogios e opiniões sobre temas variados, inclusive assédio sexual. Nos dois casos,

“são mencionados um docente e um técnico-administrativo em educação”, informa a nota enviada pela Universidade.

A Ufam informou ainda não haver registros na Ouvidoria de casos de estupro, nem tramitarem processos relacionados ao tema na CPPAD.

Na esfera criminal, de acordo com a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), não existem registros de casos de crimes sexuais na Ufam.

Para a delegada do 11º Distrito Integrado de Polícia (DIP), Joyce Viana, a hierarquia existente dentro das instituições contribui para que as vítimas não formalizem denúncias de assédio sexual junto às delegacias. O medo de represálias, no caso específico, o medo de ser prejudicada no curso ou no emprego está entre os temores das vítimas, segundo Viana. “Ademais, os crimes sexuais são crimes clandestinos, difíceis de se comprovar e ainda há muito preconceito com as vítimas que temem o descrédito de todos. O que pode ser feito para mudar essa realidade é a produção de investigações de qualidade que municiem o Judiciário para a ação penal”, afirma.

Dados da pesquisa ‘Violência Contra a Mulher no Ambiente Universitário’, realizada pelo Instituto Avon, entre setembro e outubro do ano passado, revelam números alarmantes do cenário agressivo imposto às mulheres brasileiras no ambiente acadêmico. Questionadas se já haviam sofrido violência nas dependências da instituição de ensino superior em que estudavam, 10% relatou espontaneamente que sim, número que subiu para 67% quando as alunas foram estimuladas com uma lista de violências. Foram entrevistados 1.823 universitários de todo o país (60% mulheres e 40% homens).

# Manifesto em defesa da educação pública!

## “Educação na rua contra a retirada de direitos, a Lei da Mordação e a Reforma do Ensino Médio”

A educação, em todos os seus níveis, desde a educação infantil até o ensino superior, é um direito da população e um dever do Estado, assim como definido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Mesmo sendo um direito, as medidas anunciadas pelos diferentes governos, tanto no nível federal como em estados e municípios, têm se apresentado como um forte ataque, intensificando o processo de desmantelamento da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

A educação, como afirmava Paulo Freire, “sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”, e por isso só pode ser plenamente desenvolvida se tiver real investimento na carreira dos profissionais da educação (professores/as e técnico-administrativos), assim como investimento em estrutura e assistência estudantil para garantir condições de trabalho e estudo, respectivamente. Desde a década de 1990, a educação brasileira, em todos os níveis, passa por um processo de contrarreforma, assim como vem ocorrendo em diferentes partes do mundo, intensificando o processo de privatização e mercantilização, fazendo da educação uma mercadoria e não mais um direito.

Recentemente esses processos têm se intensificado, com iniciativas de militarização das escolas públicas em alguns estados; não aplicação do piso salarial do ensino fundamental em vários estados e municípios; corte de verbas na educação pública superior em cerca de R\$ 11 bilhões; imposição de regime meritocrático como forma de impedir a progressão na carreira dos/as profissionais da educação dos diferentes níveis; iniciativas de projetos de lei Escola sem Partido, que para nós representa a imposição da Escola com Mordação, retirada do debate de gênero do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais e Municipais de educação, e agora a medida provisória de reforma do Ensino Médio, de forma autoritária. Entre tantas outras iniciativas, que passam pelo não cumprimento dos acordos firmados com os profissionais da educação no âmbito federal e estadual, terceirização e imposição de parceria público-privada na educação.

Agrega-se a esse conjunto de medidas a imposição da PEC 241/16, que, entre tantos outros malefícios à população, congelará por 20 anos os investimentos em políticas sociais, e, assim sendo, diminuirá significativamente o investimento público em educação ao longo das duas próximas décadas, atingindo de forma devastadora a Educação e Saúde públicas. Com a mudança na Constituição Federal proposta pela PEC 241, aliada ao PLC 54 (ex-PLP 257, refinanciamento das dívidas dos estados) e o PLS 204 (“legaliza” novos esquemas sofisticados de geração de dívida pública que já se encontram em funcionamento em diversos estados e municípios brasileiros), teremos o completo desmonte da educação pública, com redução de salários e progressões e diminuição ainda maior dos investimentos públicos na educação pública. Essas medidas, aliadas às reformas trabalhista e previdenciária, e à política de privatizações e entrega das riquezas naturais, como no caso da exploração do petróleo no pré-sal, atingirá todos os serviços públicos, os servidores públicos e a população em geral, intensificando a retirada de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores/as, estudantes e movimentos sociais no Brasil.

O Brasil do século XXI, com todas essas medidas, se anuncia ainda mais desigual, com forte retrocesso para o setor da educação. Por isso, é hora de estarmos TODOS/AS nas ruas, em unidade, construindo a resistência e a defesa da Educação Pública!

Convidamos todos/as profissionais da educação, técnico-administrativos e estudantes de todos os níveis, assim como seus responsáveis, e os movimentos populares e sociais, para junto com as entidades de educação dizer NÃO aos retrocessos e à retirada de direitos.

**A conta da crise capitalista não pode ser paga pelos trabalhadores/as!  
Todos/as às ruas para construir a Greve Geral!**

*\* Manifesto assinado por diversas entidades sindicais e do campo da educação*

**PARALISAÇÃO**

# Assembleia dos docentes da Ufam aprova adesão à construção da greve geral

Foto: Daniel Amorim

**E**m um auditório completamente lotado, professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), entre eles sindicalizados ou não à ADUA, decidiram, por ampla maioria, aderir à construção da greve geral dos trabalhadores brasileiros, convocados pelas centrais sindicais, com paralisação das atividades durante dois dias em novembro. O primeiro deles já agendado para o dia 11 de novembro. A segunda data, ainda indefinida, deve acompanhar o dia de votação do PLC 55/2016 (antiga PEC 241), no Senado.

A decisão foi tomada no dia 27 de outubro, véspera do aniversário de 37 anos da ADUA, em Assembleia Geral realizada na sede da entidade. “É importante destacar que não é uma paralisação da categoria, como ocorreu nos últimos movimentos paredistas, em que houve suspensão das atividades da Ufam por tempo indeterminado. Nessa greve geral, decidimos nos unir a todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país para mostrar a insatisfação quanto às medidas que estão sendo impostas pelo governo, sobretudo o PLC 55/2016 (antiga PEC 241), o qual se volta exclusivamente contra a população, ao retirar recursos da Educação, da Saúde e da Assistência Social”, afirmou, categórica, a presidente da ADUA, professora Guilhermina Terra, destacando que a greve geral ocorrerá em dois dias.

A primeira reunião da Comissão Local de Mobilização (CLM), conforme encaminhamento da AG, ocorrerá no dia 3 de novembro, na sede da ADUA. Durante o encontro, os professores vão definir quais estratégias serão adotadas para ampliar a mobilização na Ufam.

**Humaitá**

A categoria também realizou no dia 26 de outubro Assembleia Local no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), no campus da Ufam em Humaitá, onde a ampla maioria dos docentes também decidiu aderir à construção da greve nacional.

Professores, técnicos e estudantes do IEAA definiram, no dia 31 de outubro, a agenda de mobilização contra as medidas orquestradas pelo governo Michel Temer para retirar os direitos dos trabalhadores, entre elas a PEC 241/2016 (PEC 55 no Senado).

Segundo o docente Douglas Ferreira, membro da comissão de Mobilização, visitas às



O primeiro dia de greve geral dos trabalhadores está marcado para 11 de novembro

“Nessa greve geral, decidimos nos unir a todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país para mostrar a insatisfação quanto às medidas que estão sendo impostas pelo governo.”

Guilhermina Terra, presidente da ADUA



salas de aula serão realizadas para dar conhecimento à comunidade sobre a mobilização e as próximas atividades. Além disso, a unidade acadêmica programou para novembro um debate sobre os cortes na Educação Pública e a Medida Provisória (MP) 746/2016, que propõe a reforma do Ensino Médio.

Ainda em novembro, o Comando de Mobilização de Humaitá organiza um grupo de estudo sobre a PEC e as demais medidas do governo que visam atacar os direitos dos trabalhadores

e os serviços públicos.

**Norte**

Na região Norte, além da Ufam, apenas em outras duas universidades federais a categoria deliberou sobre o assunto e com definição de data. Na Federal do Acre (Ufac), os docentes aprovaram indicativo de greve para 09 de novembro. Já os professores da Federal do Pará (UFPA) aprovaram suspender as atividades no dia 11 de novembro.

## Violência no Campus

# “A segurança hoje na Ufam não resulta do debate e da participação da comunidade universitária”, afirma sociólogo

**N**esta entrevista o sociólogo e professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufam, Davyd Spencer Ribeiro de Souza, discorre sobre os fatores que contribuem para a prática de violência no am-

biente universitário e aponta a importância das universidades ampliarem os espaços participativos e decisórios como uma das políticas voltadas à solução deste problema. Para o sociólogo, a política de segurança universitária, na Ufam, ain-

da é pouco articulada e consistente do ponto de vista político e acadêmico. Mestre em Sociologia, Souza abordou a violência e o conflito na sociedade pós-convencional como tema da dissertação dele.

**Professor:**  
Davyd Spencer Ribeiro de Souza

**Formação:**  
Mestre em Sociologia e professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufam.

### Qual a origem da violência dentro do campus?

A violência nos *campi* universitários está associada à manifestação deste problema ou fenômeno em escala muito maior na sociedade brasileira. Isso está relacionado a um processo mais amplo de acúmulo social da violência na sociedade brasileira que atinge diferentes espaços de socialização e sociabilidade, como é o caso das escolas e das universidades. Assim, os *campi* universitários, como espaço de circulação de pessoas, de convivência e interação social, não estão livres da possibilidade de ocorrência de violência ou de crimes de maior ou menor gravidade. Embora as estatísticas indiquem que a ocorrência de violência e de delitos nos *campi* universitários seja bem menor do que aquelas registradas nas cidades e nos grandes centros urbanos, este problema tem sido cada vez mais recorrente nas universidades brasileiras. Uma das hipóteses que explicam este fenômeno está associada à expansão do ensino superior no Brasil nos últimos anos, ou seja, na medida em que os *campi* passaram a receber um número cada vez maior de estudantes, professores, trabalhadores e pessoas em geral, observou-se um maior número de ocorrências de formas de violência e delitos de menor potencial, tais como roubos e furtos.

### Há diferença entre a violência que acontece fora e dentro do campus?

A principal diferença está no número de ocorrências e também nas tipologias de violência. Dentro dos *campi* universitários os casos de violência tendem a ser muito menores do que apontam as estatísticas criminais sobre as cidades. Em geral, os espaços universitários ainda são considerados pela comunidade acadêmica como seguros para transitar, estudar, trabalhar e conviver. Os poucos

registros apontam ocorrência de roubos e pequenos furtos de bens particulares e também do patrimônio público. Casos de agressões físicas, estupros e até de homicídios são muito menores do que aqueles vistos nas cidades. Todavia, não raras vezes, estudantes, professores, técnicos em educação e trabalhadores em geral relatam terem tido conhecimento de casos de violência, roubos e furtos. Isto indica que esta exposição à violência tem resultado na produção do sentimento de medo, desconfiança e propriamente de insegurança.

### Existe atualmente uma política de continuidade voltada a análise e combate à insegurança na Ufam?

Na Ufam, a política de segurança universitária ainda é pouco articulada e consistente do ponto de vista político e acadêmico. Há, por exemplo, uma fragilidade em sua Guarda Universitária, reduzida a pouquíssimos servidores públicos. Em geral, a comunidade universitária depende dos serviços e do apoio de uma empresa de segurança terceirizada. Assim, não há propriamente uma guarda universitária constituída e atuando com base em um plano acadêmico, isto é, com base em uma orientação técnica e científica formulada pela própria comunidade universitária, que pouco se dedica a discutir a questão. A segurança hoje na UFAM não resulta do debate e da participação da comunidade universitária em sua formulação e implementação, o que seria imprescindível porque o problema da insegurança nos *campi* coloca um desafio a toda a comunidade acadêmica – aos seus professores, pesquisadores, técnicos, estudantes e trabalhadores em geral.

**Sabemos que a Ufam conta com unidades acadêmicas fora do campus como, por exemplo, a Medicina, a Enfermagem e a Odontologia. Quais políticas de segurança poderiam ser elaboradas para aten-**

### der essa especificidade?

Neste caso, o esforço tende a ser maior para a formulação de um planejamento global e setorializado que dê conta do enfrentamento dos tipos de violência e delitos que ocorrem de forma muito diversa nas unidades acadêmicas localizadas fora do campus, estando sua comunidade acadêmica mais exposta a ação de pessoas e grupos que objetivam praticar algum delito. A localização, a arquitetura, a geografia, o nível de movimentação de pessoas, e mesmo o perfil das pessoas que circulam em tais unidades acadêmicas podem chamar a atenção de pessoas e grupo criminosos, exigindo assim um conjunto de ações muito complexas. Nestas situações, a política de segurança precisa ser pensada de forma estratégica, mediante a articulação institucional e interinstitucional com vistas à adoção de parcerias para a implementação de programas de rondas policiais ostensivas.

### O que é necessário para solucionar o problema da insegurança na Ufam?

Em primeiro lugar, a solução para o problema da insegurança no campus requer necessariamente ampla participação de todos os seus segmentos na formulação de uma política de segurança universitária que se inicia na recuperação e revitalização de espaços e dependências de uso comum, iluminação, melhoria de infraestrutura e transporte coletivo, cuidados com o trânsito dentro do campus, até a realização de estudos sistemáticos sobre ocorrências de vitimização, registros criminais e capacitação e formação da Guarda Universitária, que precisa ser fortalecida, uma vez que ela deve ser o principal agente de segurança dentro do campus. Maiores investimentos e envolvimento de especialistas e da comunidade acadêmica em geral também é fundamental para a constituição de uma política de segurança que fortaleça o espaço público universitário.



**NACIONAL**

# Um momento de grande preocupação que leva a comunidade científica à reflexão

Por **Vanderlan da Silva Bolzani**

A comunidade científica brasileira, ou pelo menos parte dela, encontra-se hoje perplexa frente a um período de intensa gravidade vivido pelo sistema de educação, ciência, tecnologia e inovação nacional. Os desdobramentos dos fatos em curso afetarão programas institucionais e pessoais, mas, também, toda uma perspectiva auspiciosa de futuro para o País que vinha se delineando nos últimos anos.

Parte da perplexidade se deve, acredito, ao sentimento de impotência e à constatação de que o valor atribuído ao resultado do trabalho de cientistas e educadores pode ser medido de forma tão variável, ao sabor do momento e dos interesses de grupos políticos. Essa constatação nos leva a pensar que o desejado processo de amadurecimento da sociedade brasileira, que deveria ter ocorrido a partir da Constituição de 1988, foi tão frágil que vem se desfazendo rapidamente.

Dados estatísticos e análises registrados por inúmeras reportagens recentes sobre o quadro de CT&I no País não deixam dúvidas sobre o que pode ocorrer nos próximos anos caso sejam mantidas as políticas de corte de orçamento



e eliminação de investimentos em educação, ciência e tecnologia.

Dois matérias assinadas pelo jornalista Her-ton Escobar, publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, sintetizam bem a gravidade dos prejuízos que já começam a ser contabilizados pelo País. Essa preocupação tem sido expressa de forma marcante por instituições como SBPC e a ABC, não somente por meio da divulgação de inúmeras análises e depoimentos, mas também em ações junto ao Governo Federal, MEC, MC-TIC, Congresso Nacional, no esforço para impe-

dir o retrocesso do que foi construído a duras penas.

É importante lembrar que durante os últimos 15 anos, principalmente depois da promulgação da Lei da Inovação, em 2004, muitos avanços começaram a ganhar corpo para acionar a cadeia produtiva que associa a pesquisa científica à inovação. Nesse conjunto estão centenas de programas e projetos de pesquisa de impacto nacional e internacional voltados para áreas estratégicas. Muitos podem se extinguir devido ao drástico encolhimento orçamentário do atual MCTIC. As perdas já afetam os INCTs criados para gerar grupos de excelência com a missão de consolidar ambientes de inovação em vários estados da federação. Sem contar com o cenário de incerteza sobre o que vai ocorrer com a Chamada INCT- MCTI/CNPq/Capes/FAPs nº 16/2014. A lista de 252 projetos aprovados quanto ao mérito técnico-científico para financiamento no âmbito da referida Chamada, gera muita insegurança para comunidade que não tem ideia de quantos projetos serão contratados e quando terão as verbas liberadas.

**Vanderlan da Silva Bolzani é vice-presidente da SBPC e ACIESP. Leia o texto na íntegra no Jornal da Ciência (<http://www.jornaldaciencia.org.br>).**

**LOCAL**

# Reforma da educação ou educação para reforma?

Por **Isaac W. Lewis**

Falar de reforma da educação no país chamado Brasil implica falarmos radicalmente sobre muitas outras reformas necessárias, como, por exemplo, a reforma do serviço de saúde, da política de segurança e, principalmente, das instituições políticas e jurídicas que servem os interesses das classes privilegiadas e favorecidas nacionais e internacionais. Isso nos faz lembrar um velho conhecido, o qual afirmou que “ser radical é agarrar as coisas pela raiz”.

Para reformarmos uma casa, por exemplo, precisamos, primeiro, avaliarmos as condições dessa casa, seu alicerce, suas estruturas, sua funcionalidade e até o solo onde a casa está construída. Para reformarmos uma instituição social, a avaliação tem de ser mais complexa porque as instituições de uma sociedade são construídas histórica e socialmente, o que significa dizer que elas são construídas politicamente e dependem da correlação de forças entre os sujeitos privilegiados e os sujeitos desfavorecidos da sociedade num determinado momento.

A essa altura, convém indagarmos se cabe uma



reforma dessa ou daquela instituição na sociedade brasileira ou se cabe revolucionarmos as estruturas sociais e políticas que sustentam as instituições sociais dessa sociedade. É como se tivéssemos de decidir se vale a pena remendarmos, retocarmos, pintarmos uma casa velha que não serve a finalidade de seus moradores ou se é preferível derrubar-mos a casa velha e construirmos uma nova.

Afinal de contas reformar por reformar já se tornou tradição das classes privilegiadas há centenas de anos na sociedade brasileira. Temos visto, por exemplo, reformas e reformas de escolas

e universidades públicas, sem que secretários e ministros da educação se preocupem em discutir séria e profundamente a filosofia e a política educacionais implementadas pelas leis 5.692/71 e 5.540/68 pelos governos militares com assessoria de técnicos norte-americanos a serviço do Complexo Industrial-Militar dos Estados Unidos. Os técnicos que elaboraram o Acordo MEC-USAID projetaram a educação brasileira como espaço de culto à pátria, de prática de esporte, de lazer e como vestibulo de Departamentos de Recursos Humanos de empresas capitalistas nacionais e internacionais.

A preocupação de governadores, prefeitos e seus secretários de educação passou a ser o cumprimento dos trâmites burocráticos, estabelecidos pelas leis 5.692 e 5.540 e, quando muito, fechar as escolas para retocar paredes, ampliar os muros, pintar paredes e muros, mudar o piso, consertar o telhado e, por fim, inaugurar a reforma de mais uma escola.

**Isaac W. Lewis é professor aposentado da Ufam e ex-presidente da Adua. Leia o texto na íntegra no site da Adua (<http://adua.org.br>)**

## DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 02/05/2016 A 31/05/2016

<b>QUADRO RESUMO</b>			
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>127.688,89</b>	<b>135.965,18</b>
RECEITAS		83.777,63	84.371,85
DESPESAS		(75.501,34)	(77.619,58)
<b>RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS</b>		<b>8.276,29</b>	<b>6.752,27</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>135.965,18</b>	<b>142.717,45</b>
Banco do Brasil S/A C/C		120.839,56	127.997,20
Aplicação Banco do Brasil		390.770,53	390.388,25
CAIXA		38,05	14,96
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>511.648,14</b>	<b>518.400,41</b>

## DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/06/2016 A 30/06/2016

<b>QUADRO RESUMO</b>			
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>142.717,45</b>	<b>149.469,72</b>
RECEITAS		84.371,85	85.025,06
DESPESAS		(77.619,58)	(76.941,48)
<b>RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS</b>		<b>6.752,27</b>	<b>8.083,58</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>149.469,72</b>	<b>157.553,30</b>
Banco do Brasil S/A C/C		127.997,20	138.157,27
Aplicação Banco do Brasil		390.388,25	390.388,25
CAIXA		14,96	23,02
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>518.400,41</b>	<b>528.568,54</b>

## DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/07/2016 A 29/07/2016

<b>QUADRO RESUMO</b>			
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>157.553,30</b>	<b>165.636,88</b>
RECEITAS		85.025,06	84.495,82
DESPESAS		(76.941,48)	(75.042,85)
<b>RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS</b>		<b>8.083,58</b>	<b>9.452,97</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>165.636,88</b>	<b>175.089,85</b>
Banco do Brasil S/A C/C		138.157,27	142.736,33
Aplicação Banco do Brasil		390.388,25	398.432,53
CAIXA		23,02	1.085,71
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>528.568,54</b>	<b>542.254,57</b>

## DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/08/2016 A 31/08/2016

<b>QUADRO RESUMO</b>			
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>175.089,85</b>	<b>184.542,82</b>
RECEITAS		84.495,82	84.714,74
DESPESAS		(75.042,85)	(57.438,49)
<b>RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS</b>		<b>9.452,97</b>	<b>27.276,25</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>184.542,82</b>	<b>211.819,07</b>
Banco do Brasil S/A C/C		142.736,33	160.457,37
Aplicação Banco do Brasil		398.432,53	402.666,07
CAIXA		1.085,71	120,16
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>542.254,57</b>	<b>563.243,60</b>

**TEATRO**

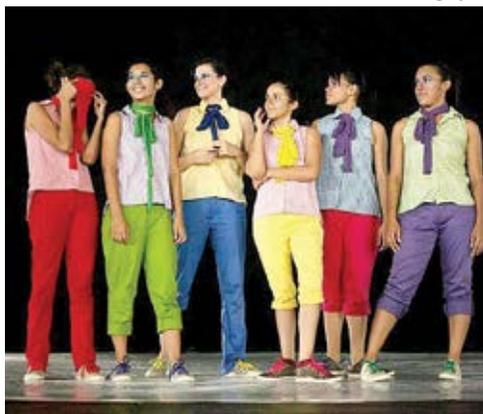
# Manaus recebe espetáculos teatrais gratuitos em todas as zonas da cidade

Foto: Divulgação

**D**esde o dia 29 de setembro vem ocorrendo, em todas as zonas de Manaus, apresentações teatrais gratuitas organizadas pela Artrupe Produções Artísticas. A atividade integra o projeto de circulação 'Artrupe Pela Cidade', contemplado pelo edital Conexões Culturais 2015 da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult) e se estende até o início de novembro.

No total serão 18 apresentações dos espetáculos 'Inquietações', com direção de Victor Kaleb; 'Viva la Zona', dirigido por Hamyle Nobre; e 'A Casa de Inverno', dirigido por Taciano Soares. As apresentações ocorrem sempre a partir das 19h.

A apresentação teatral 'Viva la Zona' abriu a programação, no dia 29, no Serviço Social da Indústria (Sesi) e seguiu, ao longo do mês de outubro, nos Teatros Luiz Cabral,



A atividade integra o projeto 'Artrupe Pela Cidade'

na zona leste; Ateliê 23, no Centro; no Centro de Convivência da Família Padre Pedro Vignola, zona norte; no espaço DaVárzea das Artes na zona centro-sul; e no Centro de Convivência da Família Magdalena Arce

Daou, na zona oeste.

No dia 30 de setembro, foi a vez do espetáculo 'Inquietações', no Teatro Luiz Cabral, na zona leste. A peça também foi atração, ao longo do mês de outubro, em espaços culturais como: o Centro de Convivência da Família Padre Pedro Vignola, na zona norte; no Centro de Convivência da Família Maria de Miranda Leão, na zona centro-oeste; no espaço DaVárzea das Artes; no Espaço Artrupe, no Centro; e em novembro, será apresentada no Centro de Convivência da Família Maria Magdalena Arce Daou.

A peça 'A Casa de Inverno' foi a escolhida para encerrar o ciclo de atividades. A Artrupe seguiu com sessões do referido espetáculo, ao longo do mês de outubro e realiza a última apresentação, no dia 4 de novembro, no Centro de Convivência da Família Padre Pedro Vignola.

## Vale a pena ver

**Filme: Aquarius**  
**Gênero: Drama**  
**País: Brasil**  
**Ano: 2016**



Para os cinéfilos, a bem sucedida carreira de "Aquarius", mais novo longa-metragem do diretor pernambucano Kleber Mendonça Filho, em festivais internacionais vem aguçando a curiosidade faz tempo. Aos olhos do público em geral, porém, o que chama a atenção, para o bem ou para o mal, é o simbolismo político que a obra carrega desde o protesto da equipe do filme no tapete vermelho do Festival de Cannes, em maio deste ano.

Desde a estreia nacional em 1º de setembro, uma parcela do público optou por boicotar "Aquarius" numa tentativa de defender posicionamentos político-ideológicos, enquanto que outros fizeram questão de ver o longa exatamente pelo mesmo motivo. Com tanto furor despertado, ficam perguntas mais elementares no ar: e aí, o filme é bom? Ou ele há de ser engolido pela polêmica que o circundou no Brasil? Os espectadores de Manaus finalmente puderam se dar essa resposta a partir do dia 15 de setembro.

E a resposta gera alívio. Sim, "Aquarius" é um exemplar impar do cinema brasileiro atual, nasce emblemático e assim permanecerá em longo prazo. Justificar o motivo de se colocar a obra no "hall dos bons" necessita, de antemão, explicar de cara também o quanto se trata de um filme envolto de política, uma vez que nenhum discurso é neutro de ideologia e todas as nossas ações são envoltas por escolhas que resvalam di-

retamente em nossos direitos e deveres, mesmo no prazer, e mesmo que não possamos ou queiramos admitir. Isso não quer dizer, contudo, que se trata de um filme panfletário, a exemplo dos filmes que Leni Riefenstahl dirigiu para os nazistas ou do "cinema comunista" de Serguei Eisenstein (aliás, mesmo panfletários, ambos os diretores encabeçaram filmes irretocáveis).

Os sentidos de "Aquarius" podem até resvalar para o cenário político atual, já que é impossível não relacionarmos hoje tudo que nos cerca a ele, mas seu cenário imediato é o da política do cotidiano: como lidamos com nosso entorno. É o que vemos na protagonista Clara, interpretada com total domínio por Sônia Braga: trata-se de uma mulher idosa, mas nunca frágil, que sobreviveu a um câncer na juventude e hoje vive uma vida confortável no antigo edifício que dá nome ao filme. Ela então se vê obrigada a enfrentar o assédio da construtora Bonfim, que comprou todos os apartamentos do prédio (exceto o dela). O plano? Construir um moderno edifício à beira da praia de Boa Viagem, no Recife, onde antes, como ficamos sabendo, Clara viveu boa parte de sua vida e teve todas as lembranças que hoje, aos mais de 60 anos, carrega. Para a Bonfim, no entanto, a resistência de Clara é o estopim de questionáveis tentativas de "convidá-la a sair" do prédio para sempre.

**Susy Freitas é mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e membro da Liga dos Amazonas Cinematográficos. Leia o texto na íntegra no site: <http://www.cineset.com.br>**

## Vale a pena ler

**Obra: Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**  
**Autor: Danilo Enrico Martuscelli**  
**Editora: Editora CRV**  
**Ano: 2015**  
**Número de Páginas: 289**  
**Valor: 64,90**



O livro de Danilo Martuscelli, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (Campus Chapecó/SC) e editor do blog marxismo21, é uma brilhante contribuição para a compreensão sobre dois momentos decisivos da história recente do Brasil, as crises políticas de 1992 e de 2005. Dotado de rigor analítico e densidade teórica, o livro foi lançado em boa hora também porque se insere indiretamente no debate político em vigor no país, na medida em que torna inevitável uma analogia entre as crises que analisa e a crise atual, que em certa medida é delas resultante. O livro é a versão atualizada de sua tese de doutorado, defendida na Unicamp em 2013, e propõe-se a discutir as crises políticas ocorridas nos governos Collor e Lula, retomando uma temática que tem sido relegada ao esquecimento pela produção acadêmica contemporânea. Sustentado pela perspectiva teórico-metodológica totalizante do marxismo de inspiração althusseriana e poulantziana, que procura compreender os processos políticos em correspondência com o processo de desenvolvimento capitalista, a configuração do Estado e sua composição de classe, além da movimentação das classes sociais, o livro busca teorizar sobre a natureza das crises políticas nas sociedades capitalistas. Em vista disto, não se furta à polêmica com as interpretações de

viés institucionalista e/ou meramente factualista, que reduzem os processos políticos à dinâmica puramente institucional, às características psicológicas dos atores políticos envolvidos ou ainda à mera narrativa "jornalística" dos fatos, escamoteando seu conteúdo de classe e descurando de sua necessária teorização. O paralelo entre as crises de 1992 e de 2005 se

basa na tese de que ambas expressam dois momentos específicos na trajetória do capitalismo neoliberal no país, o de sua implantação, no início dos anos 1990, e o de sua reforma, no início dos anos 2000.

Entre as inúmeras formulações criativas e instigantes, gostaríamos de destacar duas teses fundamentais que expressam a originalidade do trabalho. Em primeiro lugar, Martuscelli considera que as crises de 1992 e de 2005 foram positivas para as classes dominantes, pois nos dois casos os conflitos interburgueses não chegaram ao ponto do acirramento efetivo, não surgiu uma crítica popular ao conteúdo de classe do Estado e ambas foram resolvidas nos marcos da institucionalidade. Particularmente vitoriosa foi a burguesia interna, pois no primeiro momento conseguiu interromper um governo comprometido com uma versão extremada do neoliberalismo, que feria parte de seus interesses; no segundo momento porque conseguiu "salvar" o governo Lula e pressioná-lo no sentido do aprofundamento da reforma do neoliberalismo, que ainda titubeava diante da "herança" do neoliberalismo extremado de FHC.

**David Maciel é professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG. Leia o texto na íntegra no site: <http://cartamaior.com.br>**

## COLUNA FALA JURÍDICO

### O QUE ESPERAR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA?

Até o fechamento desta coluna o Governo ainda não havia encaminhado ao Congresso Nacional a tão comentada Proposta de Reforma da Previdência, por isso a dificuldade em realizar uma análise das mudanças e afirmar com propriedade como homens e mulheres, servidores públicos ou trabalhadores da iniciativa privada, serão afetados.

Talvez essa demora em apresentar a proposta se dê em razão da tramitação da PEC nº 241/2016 que institui o Novo Regime Fiscal, a qual, se aprovada, será uma forte justificativa para a realização da Reforma na Previdência, já que aquela institui um limite para os gastos públicos.

A Reforma da Previdência não é um assunto novo, desde 1998 os servidores públicos vêm sendo paulatinamente atingidos por novas regras. Diversos fatores contribuem para o levantamento dessa questão, dentre eles estão o déficit crescente nas contas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o envelhecimento da população brasileira e aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

### OS MALEFÍCIOS DA PEC Nº 241/2016

Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016, de autoria do Chefe do Poder Executivo Federal que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para instituir o Novo Regime Fiscal.

Em síntese, a PEC visa "congelar" durante os próximos 20 anos as despesas do Governo Federal com servidores públicos (remunerações, proventos e pensões), saúde e educação, as quais não poderão ter aumentos reais, visto que os valores destinados para tal fim a cada ano deverão corresponder aos do ano anterior, apenas acrescidos da inflação (mediada pelo IPCA).

Considerando que o IPCA é um índice que se destina a neutralizar os efeitos da inflação, isso significa que, na prática, nos próximos 20 anos os valores investidos em saúde e educação serão os mesmos, ainda que a população venha a crescer bastante e demandar mais serviços. Neste mesmo período, os gastos com os servidores públicos também deverão se manter iguais.

A proposta obriga os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público da União, a Defensoria Pública da União, os órgãos e entidades da Administração Pública federal direta e indireta, os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público e as empresas estatais dependentes.

Caso não sejam observados os limites, o

Discute-se hoje uma nova reforma da previdência que poderá atingir boa parte dos servidores ativos, especialmente os mais jovens, isto é, aqueles com menos de 50 (cinquenta) anos de idade, haja vista que os servidores que estão perto de completar as exigências legais para aposentadoria, poderão se valer de regras de transição.

As mudanças podem ser de diversas ordens, tais como a fixação da idade mínima de 65 anos para aposentadoria de trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos com equiparação de idade entre homens e mulheres, o aumento no percentual da contribuição previdenciária para até 14%, a elevação do tempo de contribuição exigido, bem como a aproximação entre o Regime Próprio e o Regime Geral de Previdência Social.

Ressalta-se que aqueles servidores que já preencheram os requisitos para se aposentar em quaisquer das regras de aposentadoria, que estejam inclusive percebendo o abono de permanência, não sentirão os efeitos da reforma, estando assegurado o direito adquirido, logo, para essas pessoas, não se recomenda a antecipação da aposentadoria.

órgão ou o Poder estarão sujeitos a sanções que implicam em prejuízos especialmente aos servidores públicos, como por exemplo, vedação à concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores públicos, inclusive da revisão geral de remuneração.

Inúmeras críticas são feitas em relação a essa medida, tendo em vista que o Estado possui outros meios para realizar o ajuste das contas públicas, como a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas. Porém, escolheu penalizar setores sensíveis, como saúde e educação, os quais deveriam ser tratados como prioridade.

Ademais, o ano de 2016 foi um ano de muitos cortes e poucos investimentos, de modo que utilizá-lo como parâmetro para as décadas seguintes seria impedir o desenvolvimento, mesmo diante de uma eventual melhora na situação econômica do país.

Portanto, se aprovada, a PEC terá sérias repercussões tanto para os servidores públicos, quanto para a coletividade em geral, que sofrerá com o engessamento dos serviços públicos e com a perda de sua qualidade e eficiência. Além disso, a medida implicará, inclusive, em uma forte inclinação à aprovação da reforma previdenciária, que será necessária para respeitar os limites fixados.

A proposta já foi aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados e tramita a passos largos no Congresso Nacional, demandando uma atuação organizada da sociedade junto aos parlamentares para frear sua legitimação.

## Comentários



**Maria Aparecida Freitas** Os alunos da noite estão à mercê! (Sobre a falta de segurança na Ufam, tema de debate promovido pela ADUA em agosto deste ano)



**Luiz Fernando Souza Santos** Me representam! (Sobre a participação da ADUA na Marcha Unificada dos SPF, em Brasília (DF), no dia 13 de setembro)



**Ronney Feitoza** ADUA na luta, vocês levam um tanto de nós. (Sobre a participação da delegação da ADUA na Jornada de Lutas, em Brasília, no dia 13 de setembro)



**Valmiene Sousa** Ontem e hoje, a ADUA representa o movimento mais importante da categoria na Universidade. Parabéns pelos registros. (Sobre o álbum comemorativo de aniversário da ADUA)



**Neto Beli Maravilha** de imagem!!! (Sobre a manifestação em defesa dos trabalhadores realizada no dia 29 de setembro no Largo São Sebastião)



**Gleice Antonia de Oliveira** Parabéns à ADUA por toda uma história de luta e resistência em defesa da universidade pública!!!! (Sobre o aniversário da ADUA comemorado no dia 28 de outubro)